

INTRODUÇÃO

O Oriente Médio, tal como o conhecemos a partir das notícias de jornais, emergiu de decisões tomadas pelos Aliados durante e após a Primeira Guerra Mundial. Nas páginas a seguir, decidi contar num único volume a longa história de como e por que — e em decorrência de quais esperanças e medos, amores e ódios, erros e mal-entendidos — essas decisões foram tomadas.

Relatos de funcionários russos e franceses do que estavam fazendo no Oriente Médio naquela época foram obras de propaganda; relatos de funcionários britânicos — e até mesmo memórias — foram inverídicos. Os funcionários britânicos que desempenharam um papel importante na tomada das decisões forneceram uma versão dos acontecimentos que, na melhor das hipóteses, foi modificada e, na pior, foi fictícia. Tentaram ocultar o fato de terem se intrometido em questões religiosas muçulmanas e fingiram ter entrado no Oriente Médio como patronos da independência árabe — uma causa em que não acreditavam. Além disso, a Revolta Árabe, peça central de sua narrativa, não ocorreu na realidade como na imaginação maravilhosa de T. E. Lawrence, um contador de histórias fantásticas, que o jornalista norte-americano Lowell Thomas transformou em “Lawrence da Arábia”.

Com o passar das décadas, a verdade veio à tona aos poucos e aos pedaços. Agora, abriram-se arquivos de documentos oficiais e papéis particulares que eram secretos. Em 1979, quando iniciei minha pesquisa, parecia que tínhamos chegado a um ponto em que, por fim, seria possível contar a verdadeira história do que acontecera. Por isso este livro existe.

Durante a década de 1980, trabalhei nos arquivos, estudei a literatura e recolhi as conclusões de acadêmicos modernos para mostrar o quadro que se forma quando as peças do quebra-cabeça se juntam. Os autores cujas obras cito nas notas, no final do livro, fizeram a maioria das descobertas. Mas eu também fiz algumas: como os líderes dos Jovens Turcos convenceram os alemães a se aliar a eles em 1º de agosto de 1914, por exemplo, e por que o negociador árabe al-Faruqi traçou uma linha que atravessava o interior da Síria para demarcar a fronteira da independência nacional árabe.

Também posso ter sido o primeiro a desenredar, ou em alguma medida chamar atenção para os muitos mal-entendidos que, em 1916, provo-

caram na burocracia britânica um discreto cabo-de-guerra entre Sir Mark Sykes, subsecretário em Londres responsável pelo Oriente Médio, e seu amigo Gilbert Clayton, chefe da Inteligência no Cairo. Descobri que nem Sykes nem Clayton perceberam que Sykes entendeu errado o que Clayton pedira que ele fizesse nas negociações de 1916 com a França. Sykes fez exatamente o contrário. Acreditava, inocentemente, que seguia as ordens de Clayton, enquanto este estava certo de que aquele o decepcionara de propósito. Como Clayton nunca mencionou a questão, Sykes permaneceu alheio às divergências que tinham surgido entre ele e seu colega. Nos meses e anos seguintes, Sykes supôs erroneamente que ele e Clayton ainda eram parceiros, quando, na verdade, dentro da burocracia, Clayton se tornou um adversário de sua política — talvez o mais perigoso de todos.

Entender bem os meandros da política burocrática foi um de meus principais empreendimentos. Espero ter sido bem-sucedido. Contudo, tentei ir além de esclarecer processos e episódios específicos. O livro pretende dar uma visão panorâmica do que aconteceu no Oriente Médio como um todo e mostrar que o redesenho da região decorreu da política das grandes potências em uma época singular: o momento em que as ondas do expansionismo imperial da Europa Ocidental atingiram o nível mais alto para, em seguida, sentir a força da poderosa vazante que as fez retroceder.

O Oriente Médio, tal como o concebo, significa não só Egito, Israel, Irã, Turquia e estados árabes da Ásia, mas também a Ásia Central que pertenceu à antiga União Soviética e o Afeganistão, ou seja, toda a arena na qual a Grã-Bretanha, desde as Guerras Napoleônicas, lutou para defender o caminho para a Índia a partir das investidas violentas primeiro da França e depois da Rússia, no que acabou ficando conhecido como o Grande Jogo.

Outros estudos sobre a Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências na região tenderam a tratar de um único país ou uma área. Mesmo os que trataram da política européia no Oriente árabe ou turco, como um todo, focalizaram apenas, por exemplo, no papel da Grã-Bretanha, ou então a Grã-Bretanha e da França. Eu posiciono a criação do Oriente Médio moderno em uma estrutura mais ampla: vejo o que aconteceu como a culminância do Grande Jogo no século XIX e, assim, mostro que a Rússia também desempenhou foi protagonista dessa história. No todo ou em parte, foi por causa da Rússia que Kitchener iniciou uma aliança britânica com o mundo árabe muçulmano; que a Grã-Bretanha e a França, apesar de preferirem preservar o Império Turco na região, decidiram ocupar e dividir o Oriente Médio; que o Ministério das Relações Exteriores procla-

mou publicamente o apoio britânico ao estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina; e que, depois da guerra, vários funcionários britânicos sentiram que a Grã-Bretanha foi obrigada a manter-se firme no Oriente Médio contra a cruzada do bolchevismo. Tanto quanto sei, este é o primeiro livro a contar a história do Oriente Médio no sentido mais amplo: o sentido do Grande Jogo, no qual a Rússia desempenha um papel central.

Como o leitor verá, personalidades, circunstâncias e culturas políticas do Oriente Médio não aparecem muito na narrativa a seguir, exceto quando sugiro as linhas gerais e as dimensões do que os políticos europeus ignoravam quando tomaram decisões. Este é um livro sobre os processos de tomada de decisão. No período 1914-1922, os europeus e os americanos foram os únicos que se sentaram à mesa em que as decisões foram tomadas.

Foi uma época em que os países e fronteiras do Oriente Médio eram fabricados na Europa. O Iraque e o que atualmente chamamos de Jordânia, por exemplo, foram invenções britânicas, linhas traçadas em um mapa em branco pelos políticos britânicos depois da Primeira Guerra Mundial; as fronteiras da Arábia Saudita, do Kuwait e do Iraque foram estabelecidas por um funcionário inglês em 1922, e a linha que separa muçulmanos e cristãos foi traçada pela França na Síria-Líbano e pela Rússia nas fronteiras da Armênia e do Azerbaijão soviético.

As potências europeias da época acreditavam que poderiam mudar os aspectos mais fundamentais da existência política da Ásia muçulmana. Para isso, introduziram um sistema de governo artificial no Oriente Médio, transformando-o em uma região de países que ainda hoje não se tornaram nações. A base da vida política no Oriente Médio — a religião — foi questionada pelos russos, que propuseram o comunismo, e pelos ingleses, que para substituí-la propuseram o nacionalismo ou a lealdade dinástica. O Irã de Khomeini no mundo xiita e a Irmandade Muçulmana no Egito, Síria e em outras partes do mundo sunita mantiveram viva essa questão. O governo francês, que, no Oriente Médio, *realmente* permitiu que a religião fosse a base da política — mesmo da sua própria —, defendeu uma seita contra as outras; isso também é uma questão viva, principalmente na luta entre comunidades que arrasou o Líbano nas décadas de 1970 e de 1980.

O ano de 1922 parece ter sido um ponto sem volta no posicionamento de vários clãs do Oriente Médio, em rotas de colisão. O interesse especial e a agitação do período de que este livro trata, de 1914 a 1922, é que eles

foram anos criativos e formadores, em que tudo parecia (e talvez, de fato, tenha sido) possível. Foi uma época em que os europeus, não de forma implausível, acreditaram que os nacionalismos árabe e judeu eram aliados naturais; os franceses, e não os árabes, eram os inimigos perigosos do movimento sionista, e o petróleo não era um fator importante na política do Oriente Médio.

Em 1922, as escolhas se estreitaram e as rotas foram estabelecidas; então, o Oriente Médio tomou um caminho que levou a guerras infundáveis (entre Israel e seus vizinhos, entre outros, e entre milícias rivais no Líbano) e a atos de terrorismo cada vez mais freqüentes (seqüestros, assassinatos e massacres aleatórios), um aspecto característico da vida internacional nas décadas de 1970 e 1980. Isso foi parte do legado da história que contaremos.

O livro narra duas histórias, que depois se fundem em uma só. A primeira começa com a decisão de Lorde Kitchener, no início da Primeira Guerra Mundial, de repartir o Oriente Médio, depois da guerra, entre a Grã-Bretanha, a França e a Rússia, e com a nomeação, por ele, de Sir Mark Sykes para resolver os detalhes da operação. O livro acompanha Sykes durante os tempos de guerra, conforme ele foi trabalhando o plano britânico para o futuro do Oriente Médio. O relato continua para mostrar, em grande parte, que o programa que Sykes formulara foi levado adiante depois da guerra e incorporado nos documentos formalmente adotados (em sua maioria) em 1922.

Essa foi a história que, originalmente, pretendi escrever. Eu queria mostrar o seguinte: se reunirmos os vários documentos e decisões de 1922 — a Declaração Allenby, que estabeleceu a independência nominal do Egito, o mandato da Palestina e o Livro Branco de Churchill para a Palestina, do qual Israel e a Jordânia se originaram, o tratado britânico que estabeleceu a situação do Iraque, o mandato Francês para a Síria e o Líbano, a instalação pela Grã-Bretanha de novos monarcas nos tronos do Egito e do Iraque e o patrocínio de um novo príncipe governante para o que veio a ser a Jordânia, a proclamação russa de uma União Soviética, na qual a Rússia restabeleceria seu governo na Ásia Central muçulmana —, veremos que, observados em conjunto, eles correspondem a um acordo global sobre a questão do Oriente Médio. Além disso, esse “acordo de 1922” (essa denominação é minha, pois a maior parte dos elementos se agrega nesse ano ou por volta dele) decorreu das negociações de guerra que Sir Mark Sykes conduziu com a França e a Rússia, em um acordo de divisão do Oriente

Médio do após-guerra entre eles. Os franceses receberam um pedaço menor do que o que tinham aceito e os russos só puderam manter o que já tinham tomado antes da guerra, mas o princípio de lhes permitir compartilhar com a Grã-Bretanha a repartição e o governo da Ásia muçulmana foi respeitado. Na esfera britânica, tudo correu de acordo com o plano de Sykes: em grande medida, a Grã-Bretanha governou indiretamente, como protetora de monarquias árabes nominalmente independentes, e se proclamou defensora tanto do nacionalismo árabe quanto do judeu.

Além de afirmar que houve um “acordo de 1922” no Oriente Médio, mostro que nossa compreensão desse acordo (à medida que, com uma compreensão posterior, teríamos desenhado o novo Oriente Médio de forma diferente) não é o que às vezes acreditamos ser. Não se trata nem mesmo de que o governo britânico da época fracassou em conceber um acordo que satisfizesse as necessidades e os desejos dos povos do Oriente Médio: eles estavam tentando fazer algo totalmente diferente. Para Lorde Kitchener e Mark Sykes, seu assistente, a questão do Oriente Médio era a mesma há mais de um século: onde a fronteira francesa seria traçada? Mais importante: onde a fronteira russa no Oriente Médio seria traçada?

Esta, como disse, é a história que pretendi escrever. Só que, ao contá-la, uma outra surgiu: a história de como, entre 1914 e 1922, a Grã-Bretanha e os funcionários e políticos britânicos mudaram de idéia, a ponto de não mais acreditarem nisso em 1922, quando se comprometeram formalmente com o programa para refazer o Oriente Médio. No decorrer da narrativa, vemos que o governo britânico de 1914, 1915 e 1916, que saudava a presença russa e francesa no Oriente Médio do após-guerra, se transformou em um governo que via a Rússia como um perigo e a França como um desastre. Vemos os pró-sionistas de 1917 se transformarem nos anti-sionistas de 1921 e 1922; e os entusiastas do Movimento Árabe de Feisal se voltarem contra Feisal por ser não confiável e contra seu irmão Abdullah por ser irremediavelmente ineficiente. Acima de tudo, vemos os ingleses se lançarem em uma nova e vasta empresa imperial no Oriente Médio — que levaria gerações para ser concluída, se o objetivo fosse refazer o Oriente Médio, assim como a Índia fora refeita — no momento mesmo em que a opinião pública inglesa se voltava para uma política de reduzir compromissos ultramarinos e decidira que não queria empreender outra aventura imperial.

A crise política que o Oriente Médio sofre hoje pode ter se originado não só da destruição, pela Grã-Bretanha, da antiga ordem na região em

1918 e das decisões de 1922 sobre como ela deveria ser substituída, mas também da falta de convicção com que a Grã-Bretanha, nos anos subsequentes, levou adiante o acordo de 1922, no qual empenhara sua palavra.

O livro que pretendi escrever era apenas sobre como a Europa quis mudar o Oriente Médio; o livro que surgiu foi também sobre como a Europa mudou e como os dois movimentos interagiram.

Lloyd George, Woodrow Wilson, Kitchener de Cartum, Lawrence da Arábia, Lenin, Stalin e Mussolini — homens que ajudaram a moldar o século XX — estavam entre os que desempenharam papéis principais no drama que se desdobra em *Paz e guerra no Oriente Médio*, lutando para refazer o mundo à luz de suas próprias idéias. Winston Churchill, acima de qualquer outro, reina nas páginas deste livro: figura dominante, cujo gênio animou os acontecimentos e cuja personalidade, maior do que sua vida, os coloriu e os estimulou.

Para Churchill, assim como para Lloyd George, Wilson, Lenin, Stalin e os outros — e para homens como Jan Christian Smuts, Leo Amery e Lorde Milner —, o Oriente Médio foi um componente essencial ou uma área de testes de sua visão de mundo. A visão do futuro que tinham da região foi central para a idéia de século XX em que acreditavam, que ia ou deveria emergir como uma fênix das cinzas da Primeira Guerra Mundial. Nas páginas a seguir contamos a história de como o século XX foi criado, e com ele o Oriente Médio moderno.